



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

Anexo II - Contrato de fornecimento e instalação de acessórios para proteção de estante porta paletes, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxxx

Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a **empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx/xxx, telefone: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: xxxx@xxxxxxxxxx, representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da CI RG xxxxx SSP/RS e CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2020 - Processo SEI 0002616-64.2020.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de acessórios para proteção de estante porta paletes instalado no Depósito de Urnas e Almoxarifado do TRE/MS, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184, Jardim Veraneio/Parque dos Poderes, Campo Grande/MS.

1.2. Faz parte do presente Contrato, vinculando-se ao mesmo independente de transcrição, a proposta da Contratada, no que com ele não conflitar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto deste contrato compreende os itens abaixo relacionados:

- a) Fornecimento e instalação de Protetor de Coluna, acabamento laranja 2004/2001, pintura pó epóxi poliéster 50 – 75 ■ conforme ISO 2360, com altura de 400mm com no mínimo 4 ancoragens para fixação ao piso, para proteção contra choques ou possíveis danos nos pilares das instalações em que circulam empilhadeiras, conforme imagem ilustrativa do Anexo I do Termo de Referência - total de 179 peças - referência Proteção de Coluna Mecalux ou similar;
- b) Fornecimento e instalação de Protetor lateral das estantes com 2 (duas) travessas metálicas, acabamento laranja 2004/2001, pintura pó epóxi poliéster 50 – 75 ■ conforme ISO 2360, fabricadas com perfil "C" fixadas nos protetores de coluna, para proteção contra choques ou possíveis danos na lateral da parte inferior das estantes, conforme imagem ilustrativa do Anexo I deste Termo de Referência - total de 14 peças (pares) para proteção lateral de estante dupla e 9 peças (pares) para proteção lateral de estante simples - referência Proteção de Montante Mecalux ou similar;
- c) Fornecimento e instalação de Tela de Proteção fixadas nas colunas no fundo das estantes simples, para proteção contra queda de mercadorias depositadas nos paletes (perigo de desmoronamento de mercadorias), conforme imagem ilustrativa do Anexo I deste Termo de Referência - total de 225 m² - referência Tela de Proteção Mecalux ou similar;

2.4. A descrição detalhada dos objeto é a constante do CAPITULO V - DOS SERVIÇOS e CAPITULO VI - DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS E ENTREGA DOS SERVIÇOS do Termo de Referência e no Anexo I.a - Detalhes.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste contrato será executado através de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados da última assinatura eletrônica, podendo ser extinto antes deste prazo pela total resolução do objeto contratado ou prorrogado no caso de não conclusão dos serviços.

4.2. Os prazos de execução dos serviços são os dispostos no CAPITULO VIII - DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pela seguinte dotação orçamentária xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

5.2. As despesas que vierem a ocorrer nos próximos exercícios serão custeadas com recursos previstos na Proposta Orçamentária e serão indicados oportunamente nos autos da contratação.

CLÁUSULA SEXTA-DO PREÇO

6.1. O valor total do contrato é de R\$ xxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento abaixo:

ITEM 01	Descrição: Melhorias no porta paletes do Almoxarifado	Valor (R\$)
1.1	Fornecimento e instalação de Protetor de Coluna	
1.2	Fornecimento e instalação de Protetor lateral das estantes	
1.3	Fornecimento e instalação de Tela de Proteção	
Valor total (R\$)		

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no CAPÍTULO IX - DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO e no CAPÍTULO X - FORMA DE PAGAMENTO do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. No caso de não conclusão do objeto, somente o transcurso de 12 (doze) meses poderá ser concedido reajuste de valores e será limitado à aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA/IBGE.

8.2. A contratada deverá requerer o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

8.3. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

8.4. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo

a prejudicar a prorrogação contratual;

c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

8.5. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

8.6. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. As disposições quanto a fiscalização e ao acompanhamento dos serviços estão dispostas no CAPÍTULO VII - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

11.1. Os direitos e deveres do CONTRATANTE são aquelas previstas no CAPÍTULO XII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Os direitos e obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no CAPÍTULO XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo

de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

13.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

13.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso no fornecimento do material ou na prestação de serviço, sobre o valor total da contratação, em caso de atraso superior a 5 dias, contada desde o primeiro dia de atraso e limitada ao percentual de 20% (vinte por cento), correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- b) de 1% (um por cento) do valor total da contratação por dia de atraso no atendimento de chamado de garantia;
- c) de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, caso ocorra mais de 3 (três) advertências por escrito referente a mesma falha, ou mais de 5 advertências no computo geral da contratação, ou ainda, caso ocorra descumprimento de cláusulas contratuais;
- d) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, caso a empresa deixe de emitir ou encaminhar documento fiscal imprescindível ao pagamento;
- e) 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei ou ainda atrasar na entrega da garantia contratual;
- f) de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o Contratante a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

13.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

13.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

13.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 abaixo;

13.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

13.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

13.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

13.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

13.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

13.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

13.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

13.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

13.7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.5.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

14.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Unilateral e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, "I", letra "e", da Lei nº 8.666/93;

b) Unilateral, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;

c) Amigável, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS FUNDAMENTOS

14.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

14.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

16.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. É competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xx de xxx de 2020.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 18/06/2020, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0847265** e o código CRC **84490401**.